informativo
432
20·03·2017

Adusp

Esta é uma publicação quinzenal da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - Seção Sindical do Andes-SN. Visite-nos: www.adusp.org.br · Contate-nos: adusp@adusp.org.br

Basta! Fora Zago!

Os atos autoritários do reitor extrapolaram todos os limites. Nada resta das promessas de diálogo e democratização de Zago e Agopyan, alardeadas na campanha em 2013, num inconteste estelionato eleitoral. Restam agora apenas o desrespeito à comunidade e às normas democráticas inscritas na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que devem pautar a gestão educacional.

O reitor vem implantando medidas que corroem e descaracterizam a USP enquanto universidade pública, gratuita e socialmente referenciada — um patrimônio público construído pelo esforço de gerações de docentes, funcionários e estudantes.

Em conluio com o governo Alckmin, sua gestão agride frontalmente espaços de ensino, pesquisa e extensão, como o HU, o HRAC, a Escola de Aplicação e as creches.

Ao promover planos de incentivo à demissão voluntária, que já resultaram na perda de milhares de funcionários, Zago fragilizou ou impediu o pleno funcionamento de setores essenciais da USP. Faltam políticas efetivas de acesso e permanência estudantil.

Os órgãos colegiados têm sido sistematicamente desconsiderados e as normas mais elementares do serviço público, acintosamente ignoradas. Iniciativas político-administrativas são tomadas clandestinamente, à revelia da comunidade universitária. Informações de grande relevo são sonegadas, o debate é cerceado.

A contratação às escondidas da McKinsey&Company, empresa de consultoria mundialmente conhecida por seu envolvimento em diversos escândalos, introduz mais um capítulo numa história marcada pela conduta autocrática e avessa à transparência.

Para garantir a aprovação de seu novo pacote de medidas, os "Parâmetros de sustentabilidade econômico-financeira da USP", em 7 de março de 2017, Zago não hesitou em recorrer à força de choque da Polícia Militar para reprimir com brutalidade uma manifestação pacífica em frente à Reitoria. Professores, funcionários, estudantes e até mesmo crianças foram covardemente atacados com bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e cassetetes.

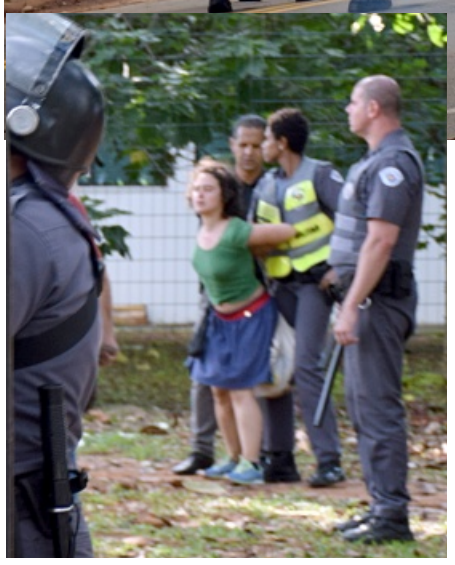
Por tudo isso, reunidos em Assembleia Geral no dia 9 de março, os docentes da USP consideram o reitor, que é escolhido para ser representante da comunidade acadêmica, **indigno do cargo que exerce** e declaram Zago e seus coniventes, omissos ou submissos vice-reitor e pró-reitores, **inimigos da universidade pública**.

FORA ZAGO!

fotos: Américo Kerr

Daniel Garcia

Franciel de Souza, aluno da ECA agredido com golpe de cassetete. Abaixo, pelotão de choque em ação



Acima: sem aviso prévio, pelotão de choque da Força Tática atira bombas nos manifestantes. À esquerda: Mariana Brum, aluna de Artes Plásticas, espancada e detida por policiais militares

Assembleia Geral da Adusp 22/3

Pauta: Campanha de data-base: que fazer? • Crise na universidade: desdobramentos após a reunião do Co de 7/3

Horário: 17 horas · Local: Auditório Adma Jafet (IF)

Reunião do Co é marcada por "Fora Zago" e protestos contra ação truculenta da PM

Ao chegar, reitor falou em "banditismo" e uma RD retrucou de imediato: "Bandido é o senhor, que colocou a PM para bater em estudante!"

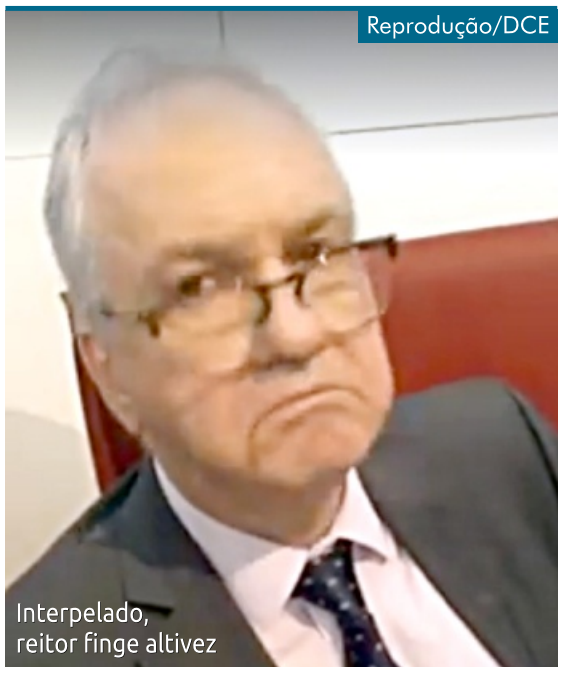
A reunião de 7/3/17 do Conselho Universitário da USP (Co) se iniciou enquanto soldados do pelotão de choque da Força Tática da PM e outros, do chamado "policiamento comunitário" da Cidade Universitária, ainda perseguiam e agrediam manifestantes dentro do campus. No andar térreo do prédio da Reitoria, local de reunião dos conselheiros, a PM manteve detidas cinco pessoas, depois conduzidas em viaturas à 93ª Delegacia de Polícia Civil.

Ao chegar ao salão onde o colegiado se reuniria, o reitor foi recebido por gritos de "Fora, Zago!", fato inédito. "Eu queria entender se este Conselho vai acontecer com gente apanhando, com gente ferida lá fora", protestou, antes do início da reunião, a estudante Luana dos Santos Silva (IP), representante discente (RD) da Graduação. Em seguida, o reitor acusou os manifestantes de "banditismo" e a RD retrucou de imediato, em voz alta: "Bandido é o senhor, que colocou a PM para bater em estudante!". Ele se calou, dirigindo-se apressadamente para a mesa.

M.A. Zago foi, então, interpelado por várias RDs ao mesmo tempo. "Tem estudante sangrando lá fora, tem bomba de gás lacrimogêneo. O sr. vai fazer o Conselho mesmo assim?". "Absurdo". O reitor pareceu empalidecer frente à saraivada de questionamentos. Seguranças correram para protegê-lo. Ciente de que o episódio estava sendo registrado em vídeo, M.A. Zago queixou-se, irritado: "Olha, você já gravou o que queria gravar...".

Apesar dos protestos e da ausência de expressivo número de conselheiros, a Reitoria conseguiu iniciar e concluir a reunião, levando à votação o documento "Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira", cujo texto-base foi aprovado por escassa maioria: 52 votos favoráveis (43,69% do número total de membros do Co: 119), contra 32 e duas abstenções. Porém, foram apresentados diversos destaques, que deverão ser apreciados na próxima reunião do Co (confira seu teor em *http://bit.ly/2nK6xiL*).

Procedimentos. No decorrer dos debates, representantes de congregações (FE, IP, FFLCH, IME), representantes dos funcionários e RDs fizeram uso da palavra não apenas para condenar a truculenta ação policial, mas, igualmente, repelir o teor do documento proposto pela Reitoria e os procedimentos empregados pela gestão M.A. Zago-V. Agopyan para conseguir sua aprovação. Conselheiros ligados à Reitoria, por sua vez, como a professora Maria Aparecida Moreira Machado, diretora da FOB, defenderam a ação policial e criticaram a "agressividade gratuita" dos manifestantes.


Reprodução/DCE

Interpelado, reitor finge altivez

Nas suas intervenções, os RDs Cristiano Buoniconti Camargo (FD) e Luana dos Santos Silva (IP) destacaram o fato de que, durante a campanha eleitoral de reitor, M.A. Zago comprometeu-se a "jamais" recorrer à força física contra opositores. "A manifestação era absolutamente pacífica. Como resultado da ação da Polícia, tivemos estudantes e funcionários feridos. Hoje é um dia triste para a universidade", enfatizou Cristiano, que surpreendeu, ao final, ao entoar a canção "Apesar de Você", de Chico Buarque ("Apesar de você/Amanhã há de ser/Outro dia").

O *Informativo Adusp* selecionou os principais trechos de alguns dos pronunciamentos mais contundentes (**leia a seguir**).

Como contraponto, esta edição reproduz a intervenção do professor Pedro Dallari, diretor do IRI, que mais uma vez defendeu as medidas da Reitoria. Ex-coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujo relatório final propõe a desmilitarização da PM, Dallari defendeu a repressão aos manifestantes, sob pretexto de que teriam colocado cola num cadeado. Ele sustentou a proposta da Reitoria de "Parâmetros de Sustentabilidade" e sugeriu que se discuta cobrança de mensalidades (**leia na p. 4**).

Professora ANA MARIA LOFFREDO (IP):

"Bombas, armas apontadas para alunos, funcionários e docentes, prisões e pessoas feridas. Lembrei-me da Ditadura. Me incluo naquela parcela da universidade que não se curva a este ciclo de violência e ausência de exercício democrático capitaneado por esta Reitoria"

"Quando cheguei, ninguém da turma que estava defronte à Reitoria me impediu de entrar. Não havia nenhum obstáculo. A grade estava fechada, o policial me impediu e me falou gentilmente para procurar os conselheiros. Mas ele nem sabia onde eles estavam. Não havia desrespeito por parte do grupo de pessoas que queriam se manifestar legitimamente".

Fazia muito tempo que eu não vivia diretamente uma experiência de violência, de absurdo, de uma dimensão quase irreal desse tipo — que fizeram minhas pernas tremerem e meus olhos se incomodarem enormemente com o gás. Bombas, armas apontadas para alunos, funcionários e docentes, prisões e pessoas feridas. Lembrei-me da época da Ditadura, quando eu era estudante da USP.

Quando o professor Zago diz que a universidade está sendo agredida por forças internas, fiquei perplexa. Devo apenas lembrar ao professor que tudo depende do ponto de vista. [...] Seria muito interessante se ele pudesse perceber que dependendo do ponto de vista, sua gestão e os encaminhamentos autoritários que têm delineado o perfil identitário que a tem caracterizado, estes encaminhamentos autoritários, estes sim, são as forças internas que estão agredindo a nossa querida Universidade de São Paulo. Colocando-se na contramão da história de dignidade que atravessa o percurso da maior universidade pública brasileira. [...]

Eu e os colegas do IPUSP, os quais represento aqui, fazemos parte da resistência justamente a essas barbaridades que tem ocorrido na USP nos últimos tempos, cujos campos de tensões as atitudes da Reitoria têm estimulado, alimentado e fomentado. Tive um embate mais ou menos tenso com o reitor na entrada, quando eu cheguei, e ele falou para mim: "Olha o que vocês estão fazendo!". É uma maneira muito irresponsável de tirar o corpo de tudo isso que está acontecendo.

Me incluo naquela parcela do Co e da universidade que não se curva a este ciclo de violência e ausência de exercício democrático capitaneado por esta Reitoria. Força física é a maneira mais precária do convívio da alteridade e a missão do espírito universitário é favorecer esse convívio em todos os níveis, planos e dimensões. E este Co deveria ser exemplar nesse quesito".

Professor EUGÊNIO BUCCI (ECA):

"Partilho dos depoimentos feitos aqui, nós tivemos hoje um dia muito triste. O que ocorreu lá fora não foi um episódio de natureza administrativa. Foi algo muito grave, que ficará como um trauma e será difícil de superar"

"Nós precisamos, como instituição, entender que precisamos prestar contas de maneira metódica, transparente e permanente para a sociedade que nos sustenta. Nós não devemos ceder a pressões corporativas nessa missão e neste sentido.

Partilho dos depoimentos feitos aqui, de que nós tivemos hoje um dia muito triste. E esta percepção e este sentimento não podem ser desvinculados do que nós estamos decidindo aqui. Não é administrativamente que nós vamos resolver o impasse e que nós vamos resolver a fissura que se abre no íntimo da nossa universidade. Aqui, neste conselho, nós sentimos isso.

O que ocorreu lá fora não foi um episódio de natureza administrativa. Foi algo muito grave, que ficará como um trauma nesta universidade e que será difícil de superar. Este conselho deve se responsabilizar por acompanhar o que ocorreu com aqueles que foram detidos, nossos alunos, com buscar informação e oferecer amparo às pessoas que foram agredidas.

Nós precisamos pensar com mais seriedade sobre o que ocorreu hoje, na frente da Reitoria da nossa universidade. Eu não defendo e jamais defenderei a intransigência e prepotência dos que quiseram impedir a nossa entrada. Isso ocorreu e não concordo com eles".

Professor ANDRÉ SINGER (FFLCH):

"Para surpresa de todos nós, aparece uma proposta às vésperas de uma reunião do Conselho. Este é um método democrático de deliberação? Desencadear uma brutal repressão aos manifestantes só faz crescer a impressão de que isto está sendo votado à força"

[O professor comenta que participou de reunião da Congregação da FFLCH em 16/2, quando a diretora, professora Maria Arminda, fez relato acerca de reunião entre o reitor e dirigentes de unidades.] "Neste relato, não apareceu uma vez a proposta de parâmetros de sustentabilidade que hoje está em discussão. Alguns dias depois, para surpresa de todos nós, aparece uma proposta, às vésperas de uma reunião do Conselho, às vésperas do Carnaval, quando as aulas não haviam começado. Eu pergunto às senhoras e senhores: é possível considerar este um processo democrático de deliberação? E eu tenho a obrigação funcional e regimental de vir aqui pôr esta questão para os senhores as senhoras, porque a minha Congregação não se reuniu para decidir. Portanto óbvio que eu, como representante da Congregação, pergunto: este é um método democrático de deliberação?

A FFLCH é a maior unidade desta universidade. Nós somos 15 mil uspianos. Muitos deles nesta manifestação que aconteceu aqui em frente. Eu sou responsável por estes uspianos.

Noto uma profunda contradição nas falas daqueles que defendem que a votação ocorra hoje. Porque dizem que este plano 'não tem nada demais, são apenas as regras que já estão aí'. Mas se são 'apenas as regras que já estão aí', porque votar desta maneira?

A decisão de desencadear uma brutal repressão em relação aos manifestantes que estavam na frente desta Reitoria só faz crescer a impressão de que isto está sendo votado à força. Faço um apelo a este conselho e um chamado à razão e um apelo ao Magnífico Reitor, de que não faça esta votação hoje. Esta votação vai corroborar algo muito grave. Na realidade, a sociedade brasileira está naturalizando a violência e as coisas estão sendo decididas pela violência. E a universidade não pode embarcar nisso, a universidade tem de dar o exemplo contrário.

O diálogo até o fim! Esta é a nossa responsabilidade enquanto professores, enquanto educadores, enquanto Conselho Universitário, enquanto Magnífico Reitor. Decisões equivocadas acontecem, todo mundo toma decisões equivocadas. Mas é preciso saber voltar atrás, é preciso ter razão. Por isso eu faço este chamado à razão, breve, mas eu espero que ele seja pelo menos registrado no sentido de que esta votação não ocorra hoje. A FFLCH está plenamente de acordo de que é preciso ter responsabilidade na administração da universidade. É uma unidade inteiramente comprometida com a autonomia universitária e portanto sabemos a seriedade do que está sendo discutido. E queremos discutir. Mas acho muito arriscado que se aliene de toda a discussão uma parcela enorme dessa universidade que tenho muito orgulho de representar".

Professor JOSÉ SÉRGIO CARVALHO (FE):

"Somos nós que não devemos permitir, como professores, que a Polícia Militar adentre aqui. Presenciei um aluno meu, nosso aluno, sendo chutado na cabeça pela Polícia. Nós sabemos como a Polícia age. Ninguém pode alegar que não sabia que isso aconteceria"

"Cheguei aqui um pouco antes das 14 horas. Não houve uma uma única pessoa que impedisse a minha entrada, a não ser o fato de que o portão estava fechado. Ninguém me impedia de entrar, mas eu fui aconselhado a esperar a Polícia, aos 58 anos de idade. Talvez o reitor tenha razão de que há segmentos nessa universidade que se manifestam com excesso, que ele, em geral, chama de barbárie. É possível que assim o seja. No entanto, eles não têm o dever que nós temos, do exemplo da luta e da força das ideias, contra a ideia da força. Somos nós que não devemos permitir, como professores, que a Polícia Militar adentre aqui. Presenciei um aluno meu, nosso aluno, sendo chutado na cabeça pela Polícia. Nós sabemos como a Polícia age. Ninguém pode alegar que não sabia que isso aconteceria ao chamar a Polícia.

Me encontro diante de um fato que está me parecendo quase um teatro do absurdo. Nós estamos discutindo a saúde financeira da universidade e colocando em risco sua saúde espiritual, que é a defesa do diálogo. Não é possível a gente permanecer aqui, discutindo os rumos econômicos e ignorando o que aconteceu, patrocinado por uma Polícia que nós chamamos.

Pelo meu dever moral, o que tenho a dizer é que me retiro desta reunião, porque ela não tem legitimidade. Ela não pode acontecer, fechando os olhos para aquilo que aconteceu nesta entrada, pelo fato de que a Polícia foi chamada pela universidade. É a universidade que tem que dar o exemplo do apreço ao diálogo. É ela que tem de ensinar, pelos seu atos e suas palavras, que a democracia se faz pelo diálogo. Não é possível que o preço a pagar para tomar uma decisão econômica, seja fechar os olhos para a barbárie que nós vimos aqui. Então, me despeço dos senhores e me retiro desta reunião, porque eu não vejo sentido de a gente fazer de conta que não aconteceu o que aconteceu. A gente, de novo, negociar a saúde financeira [da USP], pagando o preço da dignidade política. Nós já fizemos isso neste país. Eu me recuso a continuar a fazendo aqui dentro".

BRUNO SPERB ROCHA, funcionário:

"Foi você [reitor] quem chamou a PM! Do meu lado, foi detida uma trabalhadora que, imobilizada pela Polícia, teve o rosto chutado por um policial; uma companheira, com 1,60 de altura, levou um golpe de cassetete que abriu sua cabeça e saiu carregada para o hospital"

PEDRO DALLARI (diretor do IRI):

"O documento é até tímido, me causa estranheza essa reação. Não discutimos de maneira mais aberta a cobrança de mensalidades, me parece uma contradição. Com relação à Polícia, não vejo alternativa. Tentei entrar por um dos portões e os manifestantes tinham colocado cola no cadeado"

"Eu entendo que o documento é até muito tímido, me causa estranheza essa reação, porque na verdade, ele não suscita discussões mais aprofundadas com relação aos parâmetros de sustentabilidade, em relação à mudança do modelo de financiamento da universidade. Evidentemente não faz isso porque há dificuldade, política inclusive, para suscitar esse debate.

Nós não discutimos a presença mais efetiva de recursos privados na universidade. A universidade fornece quadros que dirigem as grandes empresas desse país, empresas multinacionais e o retorno que nós temos é muito pequeno. A universidade resiste a uma política mais efetiva de atração de recursos privados.

Não discutimos de maneira mais aberta a cobrança de mensalidade dos alunos que vêm de famílias mais ricas. Do ponto de vista ideológico, me parece uma contradição. Há muitas universidades públicas pelo Brasil afora, principalmente universidades e faculdades municipais que cobram mensalidades dos seus alunos, portanto não é um tabu. Não quer dizer que devêssemos adotar, mas deveríamos discutir isto, em um momento em que discutimos sustentabilidade.

Com relação à presença das forças de segurança pública, da Polícia, eu não vejo alternativa. Eu, com alguns colegas professores, tentei entrar por um dos portões e os manifestantes tinham colocado cola no cadeado. Evidente que houve uma decisão clara de impedir a realização dessa reunião. Quando se impede o funcionamento normal das instituições — e isso vale para o Congresso Nacional, para uma Câmara Municipal e para o Conselho da USP — é evidente que se deve chamar as forças de segurança pública. Ora, quem deveria ser chamado nesse caso se não as forças de segurança pública? Portanto, do ponto de vista do Estado Democrático de Direito, me parece que o que ocorreu foi uma decorrência dos eventos que nós vimos aqui e que são inquestionáveis, por mais que agora haja uma tentativa de se mudar os fatos, dizendo que foi a Reitoria que impediu a realização da reunião do Conselho Universitário".

"É revoltante que o reitor venha abrir a reunião falando sobre democracia na universidade, dizendo que na universidade é intolerável a violência. Foi você quem chamou a Polícia Militar!

Do meu lado, foi detida uma companheira trabalhadora que, imobilizada pela Polícia, teve o rosto chutado por um policial; do meu lado, uma companheira, se tanto com 1,60 [metro] de altura, levou um golpe de cassetete que abriu sua cabeça e saiu carregada correndo para o hospital, coberta de sangue; do meu lado, a mesma coisa aconteceu com um estudante. Isso para falar do que aconteceu do meu lado.

E ainda que tenha sido a Polícia Militar que tenha feito isso, é na mão do reitor que está o sangue derramado aí fora, dentro da Universidade de São Paulo. Na mão do reitor, que tomou a decisão de chamar a Polícia, e na mão de cada um e cada uma, de cada membro do Conselho Universitário, daqueles que entraram aqui escoltados pela Polícia. Na mão de vocês está o sangue de quem se feriu lá fora, dentro da universidade pública, pelas mãos da Polícia Militar. [...]

O reitor soltou um documento no qual ele afirma que a creche está sendo fechada. Ele dá, como motivo para o fechamento da creche, a falta de funcionários; que houve uma redução de quadros e não tem funcionário suficiente para fazer a creche funcionar. [...] Fechou o Pronto Socorro do Hospital Universitário, fechou 40% dos leitos de UTI, dizendo que o motivo é falta de funcionário. É o mesmo motivo para estar terceirizando o bandejão, para não ter aula de disciplina obrigatória na Escola de Aplicação. Metade desta universidade já está sendo fechada, e vocês estão reconhecendo que é por falta de funcionários. E saíram, até agora, 2.600. Na semana que vem saem mais mil, e vocês estão votando uma medida em que está escrito que tem que cortar, que tem que ter pelo menos 40% de professores. É só fazer a conta. Depois desses 3.600 que já foram mandados embora, isso significa mandar embora no mínimo mais 5 mil trabalhadores. É só ver o que está acontecendo com a creche, com o hospital, com as unidades de ensino. O que vocês estão votando não tem nada a ver com 'defesa da universidade', ao contrário, é aprofundar o processo que está em curso de destruição da universidade, de fechamento de cada um desses serviços; em primeiro lugar dos poucos serviços que são prestados ao povo, à população que sustenta a universidade, como é o HU, como são as creches; aos poucos estudantes pobres que entram aqui dentro. [...]

Nenhum de vocês falou nada sobre o fato de que o governador, sistematicamente e há quase dez anos, descumpre a lei e não repassa os 9,57% do ICMS, e que só a diferença desse desfalque nos últimos dois anos foi mais de meio bilhão de reais".

GABRIELA SCHMIDT (RD-FFLCH):

"Foi a primeira vez que a Reitoria da USP colocou a Polícia para conseguir aprovar uma pauta política. Isso é grave. Não é com a educação básica que nós disputamos o ICMS. É com os trens superfaturados e outros tipos de interesses privados"

"Mais uma vez, estamos no Conselho Universitário, que pode aprovar [uma proposta] relativa ao futuro da USP, sem ter tido qualquer diálogo com a comunidade universitária, enquanto milhares de nós nos manifestamos contra esta proposta. Tivemos como resposta uma repressão brutal da polícia. Foi a primeira vez que a Reitoria da Universidade de São Paulo colocou a Polícia para conseguir aprovar uma pauta política. Isso é grave. O que aconteceu é realmente lamentável e triste. E é nojento a gente ter de continuar este Conselho Universitário. Para nós, estudantes, a única medida razoável e justa seria o cancelamento deste Conselho, como uma reparação àqueles que estão ainda no Hospital Universitário e aos que foram detidos. Para nós, os heróis são eles, e não os que estão aqui dentro.

Sobre a pauta, é muito grave que a gente debata como se fosse uma simples medida para conter gastos. Ela significa uma inversão do caráter da universidade e está sendo votada no segundo dia de aula, sem qualquer conversa com os estudantes, com aqueles que vão continuar aqui [na USP]. Por que passageiros não são os estudantes e sim o reitor, que vai terminar seu mandato em outubro. Nós temos de fazer um debate sério sobre a crise orçamentária da USP, mas sabendo que a gente tem de reivindicar mais verbas para a educação pública. Não nos enganamos com o argumento de que se a gente tem mais verba para a USP, estamos retirando dinheiro da educação básica. Não é com a educação básica que nós disputamos o ICMS. É com os trens superfaturados e com outros tipos de interesses privados, para onde esse dinheiro também vai. [...]

Hoje, começa um movimento em defesa da educação pública, em defesa da USP pública. Nós vamos fazer manifestações muito maiores, porque queremos defender esta universidade. Temos um debate para fazer e não achamos que a única solução possível é esta que está sendo apresentada e colocada goela abaixo. Fica dado o recado: vamos nos mobilizar, vamos defender a universidade contra o reitor e colocar nosso grito na rua, que é *Fora Zago!*

Manifestantes comentam prisões e agressões

"Zago usou da força policial, da repressão e de prisões arbitrárias para garantir a aprovação de uma emenda que só interessa a ele dentro da universidade", avalia **David Molinari** (FFLCH), um dos estudantes presos durante o protesto de 7/3. "A PM obedece ao governador Geraldo Alckmin (PSDB) e ao Zago, que é meramente um capacho do governador. Eu não fiz absolutamente nada. Estava filmando a manifestação e um policial me algemou, tirou meu celular e não me deixou falar com meus advogados".

"A brutal repressão que sofremos, em especial mulheres como eu e a companheira Nani [Figueiredo], mostra a cara desta Reitoria que atua para implementar o projeto privado de universidade que há anos quer o PSDB", comenta **Diana Assunção**, diretora do Sintusp, que levou um golpe na cabeça e precisou ser atendida no HU. "A única forma de enfrentar a repressão é massificando a luta, defendendo todos os lutadores agredidos e nossas entidades e buscando a mais ampla unidade para que não fiquem impunes os policiais, a Reitoria e o governo do Estado, responsáveis pelas terríveis cenas que a USP viveu no dia 7 de março".

Daniel Garcia

Ataque inicial aos manifestantes: sem aviso prévio

Américo Kerr

Soldados armados com balas de borracha

Daniel Garcia

Restos da munição usada pela PM

"Estou na USP desde 2013 e nunca tinha visto o *campus* virar um campo de batalha como naquele dia. Aquela repressão absurda só foi possível por causa da escalada repressiva que está acontecendo na USP nos últimos anos", diz **Fernando Magarian** (ECA). A seu ver, os PMs do policiamento comunitário agem como espiões no *campus*: "Quando fui preso dentro do pronto-socorro [do HU, onde acompanhava seu colega Franciel de Souza, ferido na cabeça], o policial que veio me dar voz de prisão veio 'apavorando', dizendo que sabia quem eu era, me via pelas câmeras, sabia as camisetas que eu usava. É um trabalho de espionagem".

"É mais um episódio de autoritarismo da Reitoria e de abuso de força da Polícia Militar, para impedir mobilização que questionava decisões unilaterais da direção da USP. Foi mais um atentado ao direito de manifestação. É preciso mudança na estrutura de poder e nos instrumentos de decisão para contrapor ao autoritarismo o diálogo e a democracia", declarou ao *Informativo Adusp* o deputado estadual **João Paulo Rillo** (PT), que esteve presente no ato de 7/3.

Américo Kerr

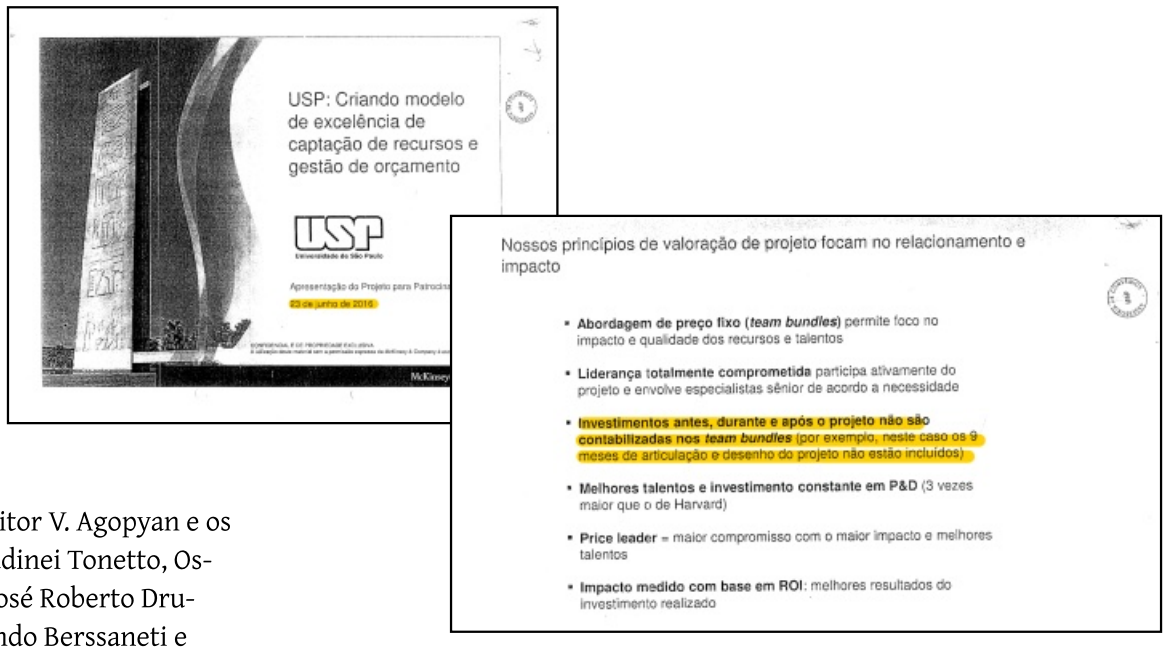
PM conduz Molinari algemado

Américo Kerr

Tentativa de prisão

Documentos cedidos pela Reitoria revelam que McKinsey já trabalhava no projeto nove meses antes da contratação

Omissão de registros importantes nos papéis finalmente entregues à Adusp reforça a necessidade de recorrer à Lei de Acesso à Informação



Quase quatro meses depois que a Adusp solicitou à Reitoria informações sobre os vínculos existentes com a consultoria McKinsey& Company e a "organização social" Comunitas, bem como sobre a documentação correspondente, o chefe de gabinete do reitor, Thiago Liporaci, finalmente permitiu, em 16/1/17, o acesso da associação a alguns papeis relacionados aos instrumentos contratuais que ligam a USP àquelas duas organizações privadas.

Mesmo assim, ao invés de enviar os documentos à Adusp, como seria razoável esperar, Liporaci limitou-se a esclarecer que eles "estão disponíveis neste Gabinete do Reitor para consulta e extração de cópia, mediante agendamento prévio e pagamento (nos termos da Portaria GR 4.077/2009)".

No mesmo ofício (*goo.gl/yto5dZ*) o chefe de gabinete comunicou "os nomes dos doadores que estão arcando com os custos do Projeto 'USP do Futuro'", a saber: Pedro Passos, Pedro Wongtschowski, Roberto Setúbal, Rubens Ometto, Ana Maria Diniz e Beto Sicupira. Acontece que o reitor já havia divulgado essa nominata em apresentação perante o Conselho Universitário (Co), na reunião ocorrida em 6/12/17. Neste caso, portanto, a informação foi repassada à Adusp um mês e dez dias depois de vir a público (*goo.gl/6YbKKm*).

Parece contraditório, mas os novos documentos a que a Adusp teve acesso no gabinete reitoral reforçam as suspeitas de que a Reitoria continua a omitir informações cruciais sobre o chamado projeto "USP do Futuro". Evidenciam, por exemplo, que o projeto teve início quase um ano antes da sua formalização.

"Patrocinadores". No documento denominado "USP: criando modelo de excelência em captação e gestão de recursos - Apresentação do Projeto para Patrocinadores", com data de 23/6/16 (*goo.gl/9KowRr*), já constam os nomes que integrariam o "Comitê de Liderança" pela USP: o reitor M.A. Zago, o vice-reitor V. Agopyan e os professores Rudinei Tonetto, Osvaldo Nakao, José Roberto Drugowich, Fernando Berssaneti e Américo Sakamoto.

Também são indicados os representantes da universidade na "Equipe de Trabalho", e que deveriam dedicar "pelo menos 50% do tempo" ao projeto: além de Sakamoto, Marcelo Dottori, Adriana Fragalle, Antonio Figueira e "Paulo (a confirmar)" (*sic!*). Segundo o departamento jurídico da Adusp, a apresentação de tais nominatas de servidores da USP "pressupõe a existência de contatos anteriores entre as partes, não formalizados na documentação apresentada".

Só depois disso é que surgirá, em 12/7/16, a "Proposta de Trabalho", agora intitulada "USP do Futuro: revendo pilares estratégicos e criando modelo de excelência em captação e gestão de recursos" (*goo.gl/0NZ7yY*). No mesmo dia, sob o mesmo título, teria havido uma nova "Apresentação do Projeto para Patrocinadores". Tais cronologia e percurso sugerem que os patrocinadores indicaram mudanças no nome e no teor do projeto original. O processo deu entrada na Assessoria de Convênios da Reitoria dois dias depois, em 14/7, tendo se solicitado "uma certa urgência na tramitação".

É interessante constatar que, no documento de 23/6/16, a consultoria atribui ao projeto um custo total de R$ 6,95 milhões, por vinte semanas de trabalho, mas concede uma espécie de desconto de R$ 1,95 milhão, o que reduz o valor final do contrato a R$ 5 milhões (ou, "com impostos", R$ 5,83 milhões em números redondos). Esse desconto é apresentado pela consultoria como "Investimento cota McKinsey" (páginas 4 e 9). Mais ainda: "Investimentos antes, durante e após o projeto não são contabilizados [...] *os 9 meses de articulação e desenho do projeto não estão incluídos*" (página 3, destaques nossos).

Ainda na página 9, a McKinsey sugere que o "financiamento adicional necessário", que vem a ser o montante de R$ 5 milhões já mencionado, seja assegurado por "cotas de R$ 1 milhão + impostos por patrocinador", mas admite que tais cotas venham a ser fracionadas por grupos de participantes: "valor menor por cota dependendo do número de patrocinadores". Um tratamento puramente mercantil da questão do financiamento, como seria de se esperar, porém um tanto discrepante das vagas explicações sobre a contribuição financeira de empresários, (somente) oferecidas pelo reitor ao Co na reunião de 14/10/16.

Dúvidas. O departamento jurídico da Adusp, após a leitura da documentação, elenca uma série de dúvidas, a saber:

1) O "Projeto USP do Futuro" se esgota na relação com a Mckinsey e a Comunitas?

2) Quais são e quando foram publicadas as portarias nas quais são designados pelo reitor os servidores que constituem o "Comitê de Liderança" e a "Equipe de Trabalho" do projeto, bem como a "Coordenação Técnica e Administrativa" do "Acordo de Cooperação" entre McKinsey e USP?

3) Onde estão as atas das reuniões de acompanhamento do "Comitê de Liderança", da "Coordenação Técnica e Administrativa" e da "Equipe de Trabalho"?

4) A reunião sobre o projeto realizada em 5/9/16 com o governador do Estado, no Palácio dos Bandeirantes, não está documentada.

5) O projeto foi contratado por fases e depende do interesse da administração para sua continuidade. Exemplificando: de acordo com os instrumentos contratuais assinados, a primeira fase deveria estar concluída no dia 22/9/16, isto é: seis semanas (quarenta e dois dias) após o dia 11/8/16, data de assinatura do "Acordo de Cooperação" entre McKinsey e USP e do "Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria" entre McKinsey e Comunitas (*goo.gl/T2dVR5*). Este contrato, no qual a USP figura como anuente, diz o seguinte na cláusula 2.1: "As partes ajustam que as fases 2, 3 e 4, de maneira autônoma, somente serão iniciadas após expressa comunicação da Comunitas e da USP [...]". Onde estão as conclusões da primeira fase e a autorização da USP para início da fase seguinte?

O fato de persistirem tantas inconsistências nesse episódio confirma que foi acertada a decisão da Adusp de ajuizar ação contra a USP, que tramita, desde 29/11/16, na 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública. Uma vez que a Reitoria desacatou a lei federal 12.527/2011 (Lei do Acesso à Informação ou LAI), esquivando-se de atender aos pedidos da Adusp, foi necessário entrar na justiça com a finalidade de "compelir a Ré a fornecer e dar publicidade a dados, informações e documentos" (vide *http://bit.ly/2gFZP9l*).